

**COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE
HISTÓRIA**

EDUARDO RAMANAUSKAS RATIER THOMAZ

**O AUDIOVISUAL ENQUANTO POSSIBILIDADE PARA O
ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA, DE HISTÓRIA
AFRO-BRASILEIRA E HISTÓRIA AFRO-DIASPÓRICA**



Rio de Janeiro

2025

EDUARDO RAMANAUSKAS RATIER THOMAZ

**O AUDIOVISUAL ENQUANTO POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA
DA ÁFRICA, DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E HISTÓRIA AFRO-DIASPÓRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Wolney Vianna Malafaia

Rio de Janeiro

2025

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

T465 Thomaz, Eduardo Ramanauskas Ratier
O audiovisual enquanto possibilidade para o ensino de história da África, de história afro-brasileira e história afro-diaspórica / Eduardo Ramanauskas Ratier Thomaz. – Rio de Janeiro, 2025.

48 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Wolney Vianna Malafaia.

1. História - Estudo e ensino. 2. História da África - Estudo e ensino. 3. Cultura afro-brasileira - História. 4. Diáspora africana - História. 5. Ensino audiovisual. 6. Cinema na educação. I. Malafaia, Wolney Vianna. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 907

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

EDUARDO RAMANAUSKAS RATIER THOMAZ

**O AUDIOVISUAL ENQUANTO POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA
DA ÁFRICA, DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E HISTÓRIA AFRO-DIASPÓRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Aprovado em 13 de agosto de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Wolney Vianna Malafaia
Especialização em Ensino de História/CPH
Orientador

Profa. Dra. Roberta Martinelli e Barbosa
Especialização em Ensino de História/CPH

Profa. Dra. Suelen Siqueira Julio
Especialização em Ensino de História da África/CPH

Dedico este trabalho a todos os professores de História que ajudaram na minha construção enquanto profissional da área e despertaram o meu amor pela disciplina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e à minha irmã pelo apoio e pela força que me deram durante o tempo do curso. Passamos por momentos difíceis em família, e muitas vezes pensei em desistir, mas eles me mantiveram firme e me incentivaram a seguir em frente.

Às minhas amigas Jéssica, Bruna e Rayane. Tinha dias que era punk chegar no Pedro II e assistir 3 horas de aula depois de um dia inteiro fora de casa, cansados, com fome e doidos para dormir, mas vocês fizeram a jornada ser mais leve desde o primeiro dia, na reunião de apresentação do curso (exceto a Jéssica, que iniciou a graduação em História comigo, lá em 2017), até a entrega do TCC. Que sigamos com essa relação de cumplicidade, carinho e amor por muito tempo!

Aos meus amigos Antônio Gabriel e Luis Fernando, que também dividiram a sala de aula do Pedro II comigo e também colaboraram para a leveza do processo.

Ao meu orientador, professor Wolney, que aceitou embarcar nessa loucura que é a minha pesquisa, e acreditou no potencial de levá-la para o lado da educação. Levarei com apreço os ensinamentos das aulas e as mensagens que trocamos durante a elaboração deste trabalho.

RESUMO

THOMAZ, Eduardo Ramanauskas Ratier Thomaz. **O audiovisual enquanto possibilidade para o ensino de História da África, História Afro-brasileira e História Afro-diaspórica.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2025.

Este trabalho de conclusão de curso objetiva a discussão sobre o uso de fontes audiovisuais como uma diferente possibilidade para o ensino de História da África, História Afro-brasileira e História Afro-diaspórica na educação básica, culminando no desenvolvimento de uma sequência didática que visa, acima de tudo, o estudo sobre o continente africano, a partir dos processos de descolonização até os dias atuais, através de um viés político e cultural. Como recurso para auxiliar nesta construção, será utilizado o filme musical *Black is King*, lançado em julho de 2020, estrelado e dirigido pela cantora estadunidense Beyoncé, em colaboração com diretores africanos e afro-diaspóricos. *Black is King* é uma adaptação da história de *O Rei Leão*, trazida para uma perspectiva humana e afrofuturista, marcada pela ancestralidade e pelo contato com divindades africanas nos diálogos e atuações.

Palavras-chave: África; audiovisual; educação; cultura.

ABSTRACT

THOMAZ, Eduardo Ramanauskas Ratier Thomaz. **O audiovisual enquanto possibilidade para o ensino de História da África, História Afro-brasileira e História Afro-diaspórica.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2025.

This work aims to discuss the use of audiovisual sources as an alternative approach to teaching African History, Afrobrazilian History, and Afrodiasporic History in basic education. The project culminates in the development of a didactic sequence that primarily focuses on the study of the African continent, from the decolonization processes to the present day, through a political and cultural lens. As a resource to support this approach, the musical film *Black is King* will be used. Released in July 2020, the film is starred in and directed by the American singer Beyoncé, in collaboration with African and Afrodiasporic directors. *Black is King* is an adaptation of the story of *The Lion King*, reimagined from a human and Afrofuturist perspective, marked by themes of ancestry and engagement with African deities through its dialogues and performances.

Keywords: Africa; audiovisual; education; culture

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa da 19ª edição do manual “História do Brasil”, de Rocha Pombo, p. 22

Figura 2 - Fotografia de alguns dos integrantes da Marinha Brasileira, em contexto anterior à Revolta da Chibata, p. 27

Figura 3 - O ativista e ex-presidente Nelson Mandela em campanha presidencial pela África do Sul, em 1994, p. 28

Figura 4 - Pôster cinematográfico do filme *Black is King*, p. 32

Figura 5 - A cantora estadunidense Beyoncé ao lado de uma mulher do povo Mangbetu, da República Democrática do Congo, p. 33.

Figura 6: Bandeira dos Estados Unidos com as cores do movimento pan-africano, mostrada em uma das cenas de *Black is King*, p. 42.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa que representa a divisão do continente africano feita na Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885, p. 41

Mapa 2 - Mapa político atual do continente africano, p. 42

Mapa 3 - Mapa étnico do continente africano, p. 42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

LEÁFRICA – Laboratório de Estudos Africanos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro

LP – Long Play

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	<u>INTRODUÇÃO</u>	12
1.1	<u>Objetivos</u>	14
1.2	<u>Quadro teórico para o ensino de história</u>	14
1.3	<u>Quadro metodológico</u>	16
2	<u>UM PASSEIO AO NOSSO PASSADO PARA PENSAR O FUTURO: O ENSINO DE HISTÓRIA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E AFRO-DIASPÓRICA NO BRASIL</u>	19
2.1	<u>O indivíduo negro nos primeiros livros de História do Brasil República</u>	19
2.2	<u>O ensino de História da África institucionalizado: a criação da Lei nº 10.639/2003 e seus efeitos</u>	22
2.3	<u>Diferentes alternativas para o ensino de História da África em sala de aula</u>	25
3	<u>O AUDIOVISUAL NO ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA, DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E DE HISTÓRIA AFRO-DIASPÓRICA</u>	29
3.1	<u>Conhecendo <i>Black is King</i></u>	30
4	<u>PRODUTO PEDAGÓGICO</u>	35
5	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	44
6	<u>REFERÊNCIAS</u>	46

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso objetiva a discussão sobre o uso de fontes audiovisuais como uma diferente possibilidade para o ensino de História da África na educação básica, culminando no desenvolvimento de uma sequência didática que visa, acima de tudo, o estudo sobre o continente africano, a partir dos processos de descolonização até os dias atuais, através de um viés político e cultural. Como recurso para auxiliar nesta construção, será utilizado o filme musical *Black is King*, lançado em julho de 2020, estrelado e dirigido pela cantora estadunidense Beyoncé, em colaboração com diretores africanos e afro-diaspóricos¹. *Black is King* é uma adaptação da história de *O Rei Leão*, trazida para uma perspectiva humana e afrofuturista, marcada pela ancestralidade e pelo contato com divindades africanas nos diálogos e atuações.

A temática, englobada nos estudos de história da África contemporânea, se faz relevante ao oferecer o trabalho em sala de aula com uma fonte alternativa aos tradicionais escritos, corriqueiros no ofício do historiador, fonte essa familiar e acessível aos alunos da educação básica, tanto do ensino fundamental quanto do médio, o que pode trazer um maior dinamismo às propostas de atividade em sala de aula, por estimular a visualização, a investigação e a pesquisa a fim de que os símbolos ali mostrados sejam identificados e, conseqüentemente, compreendidos pelas turmas.

É importante ter em conta que em 2025, ano que esse trabalho foi escrito, já faz 22 anos desde que a Lei nº 10.639/2003 entrou em vigor, e com ela, tornou-se obrigatório o ensino de História da África e Afro-brasileira nas escolas de educação básica de todo o Brasil. Foi um passo importante, tendo em vista que a história do indivíduo negro nos livros didáticos havia sido drasticamente diminuída em relação à proporção que realmente teve, e valorizava-se, até a década de 1990, segundo a historiadora Ynaê Lopes dos Santos, uma visão unicamente econômica do tráfico atlântico de pessoas escravizadas nos livros (2021, p. 547). Com o advento da lei, é notável que há um esforço, tanto de professores, alunos da educação superior e das instituições de exaltar, através da elaboração e realização de atividades e produção

¹ Por afro-diaspóricos, me refiro às relações desenvolvidas a partir da diáspora africana, sobretudo nas Américas e na Europa, que originaram uma rede de conexões culturais, sociais e políticas dentre os indivíduos que transitam nesses espaços, permeados também pelas assimetrias de poder e violências coloniais.

de conteúdo, aspectos da história e da cultura africana e afro-brasileira.

As expressões culturais (música, dança, etc.) produzidas no continente africano e na afro-diáspora constituem uma das maneiras de se entender as conexões das pessoas no interior do mundo atlântico com o seu passado, pois, segundo o historiador Peter Linebaugh, o disco LP é o maior canal de comunicação pan-africano desde o navio negreiro (Gilroy, 2012, p. 54). E um dos pontos observados na narrativa de *Black is King* é justamente a tentativa de estabelecer uma conexão entre o continente africano e os povos da Diáspora através da música, da dança, das vestimentas, da natureza, entre outros elementos.

Na medida que os anos avançaram, essas expressões culturais tipicamente africanas, que chegaram às Américas através do tráfico de pessoas escravizadas, se fundiram com ritmos locais e de outras partes do mundo, devido aos fluxos migratórios e a globalização, e desenvolveu uma “complexidade sincrética sobre as culturas negras”, que, segundo Paul Gilroy, “por si só fornece poderosas razões para resistir à ideia de que uma africanidade intocada, imaculada, reside no interior dessas formas” (p. 208), no entanto, é difícil, no mundo globalizado, definir se existe esta ideia de africanidade intocada porque ela varia com o olhar que damos, e mais importante do que sua existência objetiva, é a busca ou debate em torno dela. Ou seja, por mais que haja disputas acerca de uma ancestralidade presente na incorporação de elementos tipicamente africanos na produção de uma mídia audiovisual feita nas outras margens que constituem o Atlântico negro (Europa e Américas), há também uma disputa sobre como categorizá-las.

O trabalho com uma fonte cujo idioma principal é o inglês para a realização de uma atividade em turmas de escolas brasileiras pode gerar questionamentos como “Por que não escolher uma em português?” e “Por que não uma produzida no Brasil?”, no entanto, a fonte se apresenta como uma versão reimaginada do longa-metragem *O Rei Leão* (EUA, 2019, dir: John Favreau), com videoclipes de canções pertencentes ao álbum *The Lion King: The Gift*, trilha sonora do filme, amarrados por uma narrativa heroica e afrofuturista, e que também envolve uma demonstração de relações de poder.

A escolha também se dá pelo fato de *O Rei Leão* ter forte apelo com crianças e adolescentes, além de ser presente no imaginário popular das últimas três gerações, pois o de 2019 é uma versão *live-action* da animação homônima de 1994, e os três foram produzidos pela Walt Disney Pictures. Por já estar em contato direto

com a fonte e por já haver familiaridade com a metodologia a ser aplicada na análise, creio ser viável utilizá-la para a realização da atividade.

1.1 Objetivos

Dentre os objetivos deste TCC, o principal é produzir uma sequência didática, de forma a analisar, em um conjunto de 6 (seis) aulas, um panorama sobre a história política, social e cultural da África, entre o fim do século XIX e os dias atuais, levando em consideração narrativas e contextos antagônicos entre si, influenciados, sobretudo, pelas respectivas temporalidades nas quais se inserem, amparados por uma fonte audiovisual. E quanto aos objetivos específicos, destacar uma forma alternativa aos tradicionais materiais didáticos, ao mesmo tempo que lúdica e imersiva, de se trazer o ensino de História da África, de História Afro-brasileira e de História Afro-diaspórica para a sala de aula, compreender de que forma os processos de globalização e de progresso dos meios de comunicação auxiliam nos intercâmbios culturais no interior do mundo atlântico, ressaltar o papel das fontes audiovisuais como alternativas às tradicionais fontes escritas num trabalho de pesquisa histórica, e debater a respeito da inserção do ensino de História da África, de História Afro-brasileira e de História da Afro-diaspórica no currículo das escolas brasileiras, apontando a evolução e persistentes problemas.

1.2 Quadro teórico para o Ensino de História

Uma das grandes adversidades no que se diz respeito, sobretudo, ao ensino de História da África e da Afro-diáspora nas salas de aula, como ressalta Chimamanda Adichie, é a “história única” (*apud* Lopes, 2021, p. 540), ou seja, a produção de um olhar estereotipado e homogeneizante, por parte da sociedade, sobre determinado lugar que detém diferentes e plurais representações sociais, políticas e culturais. A visão racista e higienista que o povo brasileiro perpetuou sobre o continente africano, sobre as pessoas africanas que de lá vinham forçadas a trabalhar e sobre os seus descendentes, por séculos a fio, impactou negativamente a construção de um saber aprofundado sobre um lugar que exerce tanta influência em múltiplas esferas da nossa sociedade até hoje.

Como indica Ana Maria Monteiro, desde sempre o conhecimento histórico

está ligado à memória (2007, p. 95), todavia, como trazer à memória aquilo que foi apagado e roubado do imaginário popular através de medidas preconceituosas e que há pouco, se comparado com o tempo que permaneceu relegado na História, foi trazido de volta à tona? Fora do ambiente acadêmico e das mídias que fazem esse papel de reivindicação de espaços antes cerceados, a sala de aula é o lugar mais apropriado para que novas percepções sejam traçadas e que novos indivíduos questionadores sejam formados.

Com a crescente onda de negacionismos e da interferência das redes sociais na sociedade brasileira recente, provenientes sobretudo da ascensão da extrema-direita, é necessário, mais do que nunca, enxergar a sala de aula como um lugar do inesperado, do improvisado, como propõe Donald Schön (1992, p. 91) e de que é necessária a capacitação de profissionais inteirados no assunto e capazes de não serem pegos totalmente de surpresa por alunos dispostos a trazer questionamentos e falas que firam direitos humanos, descredibilizem lutas e minimizem dores baseados em informações unilaterais e sem embasamento, adquiridas na internet.

A visualização de um produto que imprime diferentes expressões culturais pode vir a causar choque, impressionar, causar fascínio, levantar questionamentos, ainda mais se são expressões que fogem do cotidiano dos alunos, que em sua grande maioria são influenciados pelos produtos midiáticos oriundos do norte global. Apesar de o projeto apresentar uma sequência didática a partir de *Black is King*, que também é um produto do norte global, ele é influenciado diretamente pela produção cultural africana e da afro--diáspora, devido aos fluxos intercambiais que miscigenam as representações identitárias mostradas no interior do mundo atlântico e são mostradas no filme.

A utilização de um produto cultural feito no interior do mundo atlântico abre precedentes para que alunos e alunas, que por muito tempo não se viram representados em papéis principais, apenas coadjuvantes ou em situação de subserviência ao protagonista branco, se identifiquem com o que está sendo transmitido na tela e inicie um processo de autovalorização e valorização de suas raízes, que se relaciona diretamente com a citação de Flávia Caimi, onde “para ensinar História a João é preciso entender de ensinar, de História e de João” (2015, p.31).

E como isso seria aplicado ao que está proposto neste trabalho de conclusão

de curso? Não basta apenas saber História da África, História Afro-brasileira ou História da Afro-diáspora, ter títulos de especialização, mestrado e doutorado na área para querer transmitir tais conhecimentos: necessita-se de uma sensibilidade inerente ao tema por parte dos profissionais que se propõem a adentrar neste espaço do ensino, mas que não são vítimas das violências crônicas relativas aos preconceitos desferidos contra a população negra no Brasil. A preparação do professor em estar a par do pano de fundo do aluno que está ali para aprender, e mais do que isso, compreender um momento tão delicado da História, traz novamente à tona a necessidade de um “jogo de cintura” essencial elucidado por Donald Schön e mencionado anteriormente nesta introdução.

1.3 Quadro metodológico

Como metodologia para investigar *Black is King*, a análise de fonte audiovisual será utilizada para compreender a fonte escolhida, e para isso, há a combinação de proposições de teóricos que abordam, separadamente, áudio, vídeo e imagem, elementos constituintes de uma mídia audiovisual.

O historiador brasileiro Marcos Napolitano, no texto “Fontes audiovisuais: a História depois do papel”, diz que uma análise plena de uma mídia audiovisual deve atender alguns critérios específicos, que devem ser compreendidos pelos historiadores que trabalham com as fontes (2005, p. 236). Eu acredito que tal afirmação faça sentido neste contexto, pois o trabalho com fontes audiovisuais requer bastante atenção, sobretudo por não haver uma metodologia específica, campo da História, que contemple a análise por completo, devendo o historiador que recorre às referidas fontes para construir seus trabalhos procurar conceitos externos, como aqui faço, ao utilizar alguns da Sociologia, Antropologia, Comunicação Social e até das Ciências Exatas.

Para Napolitano, em um outro texto, “Para uma história cultural da música”, presente no livro História e Música, é fundamental que haja uma articulação bem feita entre “texto” e “contexto”, a fim de que não haja um esvaziamento da fonte musical utilizada na pesquisa histórica (2002, p. 53). Ele também afirma que o maior desafio do historiador que trabalha com música popular é

Mapear as camadas de sentido embutidas numa obra musical, bem como suas formas de inserção na sociedade e na história (...) Portanto, o historiador, mesmo não sendo um musicólogo, deve enfrentar o problema

da linguagem constituinte do “documento” musical e, ao mesmo tempo, “criar seus próprios critérios, balizas e limites na manipulação da documentação” (Moraes, 2000, p. 210 *apud* Napolitano, 2002, p.53).

A meu ver, considerar o componente musical durante a análise de fonte audiovisual permite ao historiador estar em contato com uma fonte que não é necessariamente visível ou tátil, diferente das fontes escritas e imagéticas, exigindo uma sensibilidade maior no processo de análise, no entanto, não menos interessante, pois permitiria um trabalho feito a partir de novos sentidos, novas experiências e novas metodologias ao longo da pesquisa histórica. E isso dialoga diretamente com a citação anterior de Napolitano, de que não precisaria de uma especialização em musicologia para transformar a música em objeto de estudo.

Sobre o uso de imagens como fontes na História, o historiador brasileiro Ulpiano T. Bezerra de Meneses define como um marco para as relações entre visualidade e a historiografia a década de 1960, quando os historiadores passam a se preocupar com a relação entre as imagens e a História (2003, p. 19) e, a partir deste momento, começam a desenvolver metodologias para buscar novos horizontes no que diz respeito ao recolhimento e ao tratamento de fontes, entretanto, ele sinaliza, o historiador que trabalha com imagens deve tomar cuidado com as ilusões porque “(...) a História, como disciplina, continua à margem dos esforços realizados no campo das demais ciências humanas e sociais, no que se refere não só a fontes visuais, como à problemática básica da visualidade” (p. 20).

Para a análise da fonte audiovisual, os trabalhos de teóricos como Jeder Janotti Júnior e Thiago Soares (2008), e Francis Vanoye e Anne Goliot-Lété (1994), além de, novamente, Marcos Napolitano, serão essenciais para a melhor compreensão do objeto. Estes oferecem o aporte metodológico necessário para analisar as imagens e representações, também o filme e o videoclipe enquanto fontes históricas. Segundo Vanoye e Goliot-Lété, analisar um filme

É, antes de mais nada, no sentido científico do termo, assim como se analisa, por exemplo, a composição química da água, decompô-lo em seus elementos constitutivos. É despedaçar, descosturar, desunir, extrair, separar, destacar e denominar materiais que não se percebem isoladamente “a olho nu”, uma vez que o filme é tomado pela totalidade. (1994, p.15)

Após esta introdução, o segundo capítulo se preocupará em trazer uma discussão aprofundada sobre a trajetória do ensino de História da África e Afro-brasileira nas escolas do Brasil, em dois recortes diferentes, um anterior e outro posterior à promulgação da Lei nº 10.639/2003; o terceiro tratará sobre o uso do

audiovisual em sala de aula, ao mesmo tempo que também falará mais detalhadamente sobre *Black is King*; em seguida, será apresentado o produto pedagógico, que consiste numa sequência didática, o que será detalhado mais a frente, a fim de que cada passo planejado esteja visível e acessível ao leitor deste TCC. Ao fim, um apanhado de tudo o que foi dito e feito, aliado a uma reflexão, servirá como conclusão do trabalho.

2. UM PASSEIO AO NOSSO PASSADO PARA PENSAR O FUTURO: O ENSINO DE HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO BRASIL

Neste capítulo, pretendo descrever o desenvolvimento, entre entraves e projetos de apagamento, dentro e fora das esferas oficiais, do ensino de História da África e Afro-brasileira no Brasil, tomando como norte dois eventos localizados em recortes temporais diferentes e que produziram diferentes efeitos no ensino dessas duas temáticas: o manual de História do Brasil, de Francisco José da Rocha Pombo, publicado num período em que o país desejava se firmar enquanto um país republicano, entre o fim do século XIX e o início do XX, mas que diminuía a importância das contribuições do indivíduo negro no processo de construção identitária e cultural brasileiros; e a Lei nº 10.639/2003, que obrigou a inclusão do ensino de História da África e Afro-brasileira nos currículos da educação básica, promulgada num momento de avanços sociais, mas não menos desafiador, já que ao mesmo tempo que há uma precária fiscalização sobre a aplicação da lei, professores e instituições fazem o possível para fornecer um caráter didático e até lúdico aos referidos assuntos.

2.1 O indivíduo negro nos primeiros livros de História do Brasil República

Ensinar a História da África no Brasil é, de certa forma, ensinar a história de um continente cujas tradições, culturas e heranças, de grupos étnicos diferentemente localizados, sobretudo, na África Subsaariana, foram importantes para uma grande parte dos processos de construção identitária e social brasileira. Entretanto, é necessário, desde cedo, estimular nos estudantes a consciência de que esse processo é permeado por migrações forçadas, relações assimétricas de poder e violências coloniais, e que a permanência de símbolos culturais, como culinária, religiões e gêneros musicais, foram frutos de anos de resistência contra a supressão cultural, imposta pelos brancos europeus.

Para o antropólogo congolês-brasileiro Kabengele Munanga, os fluxos migratórios e intercambiais no mundo atlântico permitiu com que diferentes grupos étnicos e culturais de pessoas interagissem no interior de um mesmo espaço conjugado, desde o estabelecimento das redes comerciais atlânticas, durante o século XVI, ligadas ao colonialismo e ao tráfico de pessoas escravizadas, até os

dias atuais. No entanto, essas interações, ainda segundo o autor, geraram problemas

Na convivência pacífica entre os diversos e os diferentes. Entre esses problemas têm-se as práticas racistas, a xenofobia e todos os tipos de intolerâncias, notadamente religiosas. As consequências de tudo isso engendram as desigualdades e se caracterizam como violação dos direitos humanos, principalmente o direito de ser ao mesmo tempo igual e diferente. (Munanga, 2015, p. 21)

E no Brasil, os reflexos dessas assimetrias podiam ser observados na maneira de se ensinar a História da África e do indivíduo negro africano e afro-brasileiro, no momento em que o país estava se estabelecendo enquanto uma república, entre o final do século XIX e o início do século XX. Conforme aponta Maria Cristina Dantas Pina, a preocupação da sociedade brasileira naquela época era consolidar a ideia de que os estudos seriam “a saída, a ‘salvação’ para o progresso nacional” (2005, p. 2), ao mesmo tempo em que tentavam firmar uma identidade que excluía o indivíduo negro, ex-escravizado ou nascido livre, do seu processo de construção.

Nesse contexto, o Manual Didático de História do Brasil, de Francisco José da Rocha Pombo, professor do Colégio Pedro II e da Escola Normal, e membro do IHGB, publicado pela primeira vez em 1919, se destaca por reforçar uma imagem da pessoa negra como alguém “inferior, atrasado culturalmente, incapaz de progredir tecnologicamente e, portanto, destinado ao fracasso ou ao desaparecimento” (p.3). E não só ele corroborava com essa ideia: nomes como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna também são exemplos dos que endossavam esta mesma corrente que pregava a inferiorização do indivíduo negro e das contribuições dele para a História do Brasil (Santos, 2021, p. 543). Para este trabalho, além do próprio manual, seu conteúdo foi analisado a partir do texto “A escravidão no livro didático de história: Rocha Pombo e o ensino de história na primeira república”, da historiadora Maria Cristina Dantas Pina, citado no parágrafo anterior.

Conforme Pina, o manual só menciona a história dos indivíduos negros por cerca de 20 páginas, apesar de terem trabalhado arduamente para a manutenção colonial e representarem grande parcela no processo de construção social e identitária do Brasil por 5 séculos (XVI a XX) até o ponto de publicação da primeira edição dos livros (Pina, 2005, p. 12). Na seção sobre a abolição da escravidão, a narrativa é construída de forma a mostrar que o problema eram os protestos e discussões a respeito da escravidão enquanto prática associada a uma ideia de

atraso, num cenário de desejos por progresso, e os distúrbios sociais que a falta de uma solução rápida poderia trazer e não os milhões de indivíduos que foram trazidos forçadamente, durante séculos, para trabalhar nas Américas em condições degradantes, sujeitos aos mais diversos abusos e completamente despidos de suas condições de seres humanos, o que reforça a afirmação de Pina, contida no parágrafo anterior, além do trecho abaixo, retirado do manual, demonstrar na prática como a questão da individualidade dos escravizados não era algo levado em consideração naquele momento da história do Brasil.

Entra o país numa situação tormentosa, e de tal acuidade, que afinal foi necessário enfrentar-se a causa que agitava o ânimo público em tôdas as esferas. Organiza-se, a 10 de março (1888), o gabinete presidido pelo conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, que assumiu francamente a missão de resolver de uma vez o magno problema que estava perturbando tôda a vida nacional, e pondo em risco a ordem a pública a tôda parte. (1956, p. 451).

Os outros dois momentos em que Rocha Pombo retrata os indivíduos negros africanos e afro-brasileiros em sua obra, para além da Abolição, como fora anteriormente mencionado, segundo Pina, é quando o autor fala sobre o processo de tráfico de pessoas escravizadas pelo Atlântico, onde ela destaca que argumentos de uma suposta inferioridade dos africanos, endossada por uma política de superioridade racial cujos efeitos são sentidos até hoje, seria uma das justificativas para a instauração da escravidão no país (p. 12), e sobre o Quilombo dos Palmares, quando, segundo a autora, ele culpou os holandeses pelas fugas dos indivíduos e chama a atenção pela “periculosidade” dos indivíduos aquilombados, apesar de, contraditoriamente exaltar a coragem dos que fugiam (p. 13).

Figura 1: capa da 19ª edição do manual “História do Brasil”, de Rocha Pombo



Fonte: Laboratório de Ensino e Material Didático da USP.²

² A fonte não informa o ano de publicação da edição, no entanto, acredito que tenha sido após 1931, quando o presidente Getúlio Vargas assinou o decreto que trocava oficialmente a grafia de “Brazil”

Maria Cristina Dantas Pina, por fim, chega à conclusão que, Rocha Pombo reconhecia, sim, que o indivíduo negro havia contribuído para a construção social e identitária do povo brasileiro, no entanto, sua importância seria menor e os motivos pelos quais eles teriam sido submetidos à dominação branca europeia estariam conectados à um plano de criação de uma nação brasileira “livre e soberana”, e que a descrição contida no manual contribuía com a ideia corrente na sociedade da época de que o indivíduo negro era inferior ao indivíduo branco.

Entretanto, as constantes lutas e pressões feitas por movimentos sociais ao longo dos anos fez com que o panorama mudasse e o ensino de História da África, História Afro-brasileira e História da Afro-diáspora, do indivíduo negro africano e do indivíduo afro-brasileiro, tanto na sociedade quanto na sala de aula, mudasse significativamente, não obstante, muitas mudanças ainda precisam ser feitas. É importante mencionar que tais alterações são provenientes de um processo recente, a partir da década de 1980, de consolidação dos estudos africanos e do continente africano como objetos legítimos de pesquisa, fruto de lutas e de projetos de lei, como a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1996, e a Lei nº 10.639/2003 (Ferreira; Reginaldo, 2021, p. 15-16).

2.2. O ensino de História da África institucionalizado: a criação da Lei nº 10.639/2003 e seus efeitos

Para Ynaê Lopes dos Santos, a falta de uma identidade e de representatividade dos indivíduos negros nos livros de História do Brasil configurou-se como uma questão que se arrastou por anos. Segundo ela,

Esses africanos, que rapidamente se transformaram em negros, ora revoltosos, ora submisso e agradecidos, compuseram uma história única que diferentes gerações de brasileiros conheceram nas escolas, por décadas. (...) A perspectiva adotada por Rocha Pombo perdurou por muito tempo nos livros didáticos e no universo escolar.” (p. 2021, p. 543)

O lançamento do manual de Rocha Pombo, ponto de partida do meu debate, se situa historicamente num período no qual tentativas eugênicas de embranquecer a população, ainda na onda de incentivos à migração europeia no país, ao mesmo

para “Brasil”, como consta na capa do manual anexada a esta página. Fonte: <<https://www.academia.org.br/noticias/abl-na-midia-uol-por-que-brasil-e-com-s-nao-com-z-mudanca-o-correu-ha-menos-de-1-seculo>>. Acesso em 3 de junho de 2025.

tempo que a busca por uma identidade nacional frente à tantos povos que habitavam o território brasileiro era um processo em desenvolvimento. Avancemos alguns anos, especificamente para 2003: em 9 de janeiro daquele ano, foi promulgada a Lei nº 10.639/03-MEC, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e tornou obrigatória a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-brasileira no currículo da educação básica no Brasil, a fim de que houvesse uma maior compreensão do papel do indivíduo negro africano e afro-brasileiro na construção da sociedade brasileira.³

Como aponta José Clécio Silva e Souza, não foi da noite para o dia que a lei foi elaborada e promulgada: foi fruto de anos de lutas políticas, pelo fim do apagamento das histórias negras, das culturas, das conexões, das pessoas, das vidas que estiveram nos rodapés da nossa história e na base da pirâmide social, mas que ajudaram e erguer e sustentaram o Brasil por quase 500 anos até aquele ponto. Ainda segundo o autor, a implementação da lei foi “um produto da união de forças vindas da sociedade brasileira como o Movimento Negro, por exemplo, que ao longo da história do país apresentou inúmeras reivindicações dos direitos dos negros no Brasil.” (Souza, 2020, p.2).

Por mais que haja esforços, tanto de instituições quanto de professores, há uma grande fragilidade no tocante à transmissão do conhecimento em História da África e da Afro-diáspora no Brasil, pois, segundo a historiadora e professora da UFF, Ynaê Lopes dos Santos, pouca fiscalização sobre a efetividade da lei e a persistência de uma perspectiva eurocentrada ainda são dificuldades encontradas no ensino dessas Histórias nas escolas brasileiras. Ainda segundo a professora,

A diversidade étnico-cultural do continente africano ainda é pouco ou nada trabalhada na sala de aula, espaço no qual a ideia de civilização ainda passa longe do continente africano, a despeito do ensino-aprendizagem da história do Egito faraônico, por exemplo. Parafrazeando Chimamanda Adiche, salvo alguns casos, o perigo da “história única” ainda ameaça os estudos das histórias africanas. (2021, p. 540).

A historiadora Marina de Mello e Souza, em artigo publicado no ano de 2012, destacou que, apesar das dificuldades e dos entraves relacionados a uma efetiva implementação e funcionalidade da Lei 10.639/03-MEC no ensino básico e superior brasileiro, observava-se uma iniciativa de professores para uma melhor abordagem

³ **Íntegra da Lei nº 10.639/2003.** 9 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em 21 de maio de 2025.

do tema (p. 18). No entanto, segundo uma matéria sobre a lei, publicada no portal de notícias G1⁴, no início de 2023, notou-se que, além da persistente debilidade das instituições, após mais de 10 anos após o artigo da historiadora, e 20 anos da promulgação da lei, a formação de professores no Brasil ainda se mostrava deficiente quando o assunto era a o ensino de História da África e de História Afro-brasileira. A historiadora também destacou que a pesquisa sobre o assunto é uma grande necessidade, pois sem a pesquisa,

Não há como alcançar e transmitir conhecimentos de qualidade. Se esses requisitos são mais fáceis de alcançar quando estamos inseridos no meio universitário (e mesmo nele, nem sempre), eles devem ser estendidos para todos os níveis da educação, pois sem formação adequada e tempo para estudo permanente fica difícil ser um professor dinâmico, atualizado, com capacidade não só de transmitir informações corretas como de captar a atenção dos alunos, num mundo cada vez mais cheio de estímulos interessantes e absorventes. (Souza, 2012, p.19).

Todavia, a matéria do G1 destacou a iniciativa da Secretaria da Educação do Estado do Espírito Santo, que oferece cursos sobre relações étnico-raciais para incentivar a formação continuada de professores da rede pública estadual. Como bem exemplifica Ynaê Lopes dos Santos, por mais que esforços empregados por outros historiadores e também por professores, além da explosão de cursos de formação e de pós-graduações em História da África, tanto nas instituições particulares quanto nas públicas, ainda há muito a se fazer a fim de que não se torne “letra morta” (2021, p. 539-540).

Posso destacar o curso de Especialização em Ensino de História da África do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, como uma iniciativa para a formação de professores que desejam se aprofundar em debates epistemológicos sobre a história do continente africano ao passo que também desejam incorporá-los à sua prática docente, de maneira didática e que dialogue com os estudantes da educação básica, a fim de promover discussões, elaborar atividades e construir novas possibilidades para o futuro. Além dessa, pude checar que também no estado do Rio de Janeiro, a unidade de São Gonçalo do IFRJ também oferece a Especialização em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras, fora outras oferecidas por universidades particulares e também pelas públicas em outros estados, ou seja,

⁴ SANTOS, Emily. **Lei que obriga ensino de história afro-brasileira completa 20 anos, mas está longe de ser realidade nas escolas, dizem especialistas**. Portal G1. 21 de janeiro de 2023.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/01/21/lei-que-obriga-ensino-de-historia-afro-brasileira-completa-20-anos-mas-esta-longo-de-ser-realidade-nas-escolas-dizem-especialistas.ghtml>. Acesso em 24 de maio de 2025.

observa-se um esforço das instituições de se criar cursos que visem atenuar os efeitos da formação precária de profissionais que se formam não saber abordar tais assuntos, que são tão importantes e representativos para professores e para alunos, para que as gerações futuras não sofram tanto com estes impactos.

Para o historiador Ricardo Alexandre Ferreira, um outro grande problema que ainda reflete diretamente na História da África, e tem reflexos no seu ensino, é a visão eurocentrada sobre o continente africano, que, segundo ele, funciona como um espelho do mundo ocidental (2022, p.62). No entanto, Ferreira elucida que, em mais de uma década de experiência na educação básica, ele pôde observar que a área de maior expansão no ensino de História da África foi a da África Subsaariana, porção do continente de onde milhões de pessoas foram levadas forçadamente para o trabalho forçado nas Américas, e que desempenhou grande papel na construção identitária e cultural do povo brasileiro por quase 500 anos (p.68).

2.3. Diferentes alternativas para o ensino de História da África em sala de aula

Pensando em possibilidades de implementação do que sugere a Lei nº 10.639/2003 em sala de aula, existem algumas que podem permitir ao professor estimular com que os alunos reconheçam de que é uma história complexa e incentivar a produção de conhecimento sobre História da África de forma lúdica, imersiva e que insira os alunos num mundo de cultura, política, organização social, entre outros aspectos por tantos anos escondidos pela inferiorização desses aspectos no caso africano, logo, das salas de aula brasileiras. O texto “Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de História da África”, da historiadora e professora da USP Marina de Mello e Souza, já mencionado anteriormente neste capítulo, chama a atenção sobre a necessidade do conteúdo produzido dentro do ambiente acadêmico ser acessível para além das fronteiras das universidades. Ela diz que

O aprimoramento do conhecimento acerca da história da África pode ser medido pelo aumento de traduções para o português de textos importantes para a área e da publicação de trabalhos produzidos por estudiosos brasileiros, na maior parte das vezes vinculados a programas de pós-graduação. A disseminação desse conhecimento produzido na esfera acadêmica deve ser alcançada com a sua articulação com outros níveis de ensino, revistas de divulgação, programas ligados a mídias audiovisuais, cursos de curta duração e outras formas de levar para fora dos limites da universidade o conhecimento ali produzido. (2012, p. 20)

Seguindo o que a professora falou a respeito da produção de materiais, de

dentro da universidade para a educação básica, destaco a iniciativa de um grupo de estudantes da graduação em História da UFRJ, vinculadas ao LEÁFRICA-UFRJ, que se dedica a criar jogos e produzir textos compatíveis com os anos escolares para os quais forem destinados, a fim de que o ensino de História da África e de História Afro-brasileira na educação básica seja, para além de acessível, lúdico e que mergulhe os alunos nas histórias dos grandes reinos africanos, nas conexões do mundo atlântico, nos movimentos de resistência, nas organizações socioespaciais, entre outros conteúdos que fazem essa parte da História ser tão rica, complexa e interessante.

Um outro caminho é o trabalho com imagens ou fontes audiovisuais (filmes, séries, novelas, vídeos curtos, músicas, jogos, etc.). Além de ser uma alternativa que dialoga diretamente com o cotidiano dos alunos fora do ambiente escolar, há acervos digitais e gratuitos, além das plataformas de *streaming* que concedem uma gigantesca variedade de conteúdos sobre História da África a se tratar em sala de aula. Os recursos audiovisuais, de acordo com Cícero Eduardo Teixeira Feitosa, permitem a exposição de

Características, aspectos culturais, vestimentas, entre outros pontos que não conseguiriam ser melhor expostos por meio escrito, e assim também possibilitando que por meio da exposição de imagens que aluno perceba as características físicas do período retratado. (2020, p. 2).

Além disso, o uso de imagens pode auxiliar com a visualização de mapas, gravuras, imagens de vestimentas e acessórios, instrumentos de guerra, além de fotografias tiradas numa temporalidade mais recente, se for o caso de, por exemplo, uma aula dedicada ao ensino da História da África ou História Afro-brasileira contemporâneas, no qual a câmera fotográfica já era utilizada para registros visuais em favor das pinturas e litografias, e momentos históricos puderam ser capturados pelas lentes, como, por exemplo, a organização da Marinha Brasileira, constituída majoritariamente por homens negros no período anterior à deflagração da Revolta da Chibata, em 1910, ou a campanha presidencial de Nelson Mandela, primeiro presidente negro da África do Sul, após anos de vigência do Apartheid, política segregacionista que separava os indivíduos brancos dos indivíduos negros. Abaixo seguem alguns exemplos de imagens relacionadas ao que foi falado anteriormente neste parágrafo e que podem ser utilizadas como fonte em sala de aula.

Figura 2: Fotografia de alguns dos integrantes da Marinha Brasileira, em

contexto anterior à Revolta da Chibata.



Fonte: Organização Comunista Internacionalista, 2016.

Figura 3: o ativista e ex-presidente Nelson Mandela em campanha presidencial pela África do Sul, em 1994.



Fonte: O Globo, 2019.

Valesca Giordano Litz ressalta que a exposição a diferentes relatos e experiências é capaz de desenvolver algumas habilidades nos estudantes. Segundo ela,

Quanto maior e mais diversificadas forem as experiências, fatos, situações e vivências que o aluno tiver, maiores serão as possibilidades de promover novas relações e uma elaboração mais crítica do saber. Portanto, o confronto, o conflito, a complexidade, fazem parte essencial do processo de construção da aprendizagem. (2009, p.10).

E como isso poderia se relacionar ao uso de imagens no ensino de História da África? O confronto com diferentes imagens é capaz de aguçar a curiosidade e

estimular a criatividade dos jovens, permitindo-os visualizar o conteúdo para além do que foi exposto tanto no quadro ou no livro didático, pensar, criticar, provocar reflexões e elaborar soluções. É um recurso que torna possível o enriquecimento da aula a ser dada pelo professor, e, certamente, gera mais engajamento, interação, debates e trocas entre os estudantes.

Neste capítulo, eu procurei trazer um panorama de como a perspectiva sobre o ensino de História da África no Brasil República mudou nos últimos 100 anos. Do manual de Rocha Pombo, que inferiorizava o indivíduo negro e diminuía o seu papel no processo de construção identitária e cultural do Brasil, até a implementação da Lei nº 10.639/2003, que obrigou o ensino de História da África e Afro-brasileira nas escolas de educação básica, trazendo para o currículo escolar a importância, a singularidade e a complexidade dessa história que tanto contribuiu para o que chamamos hoje de Brasil. Por fim, tentei chamar a atenção para alternativas e projetos para uma efetiva implementação dessas temáticas em sala de aula, que já servirá de gancho para o próximo capítulo, que tratará sobre o objeto deste TCC.

3. O AUDIOVISUAL NO ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA, DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E DE HISTÓRIA AFRO-DIASPÓRICA

O profissional da educação em História que deseja trabalhar com a História da África, sobretudo nos recortes neocolonial e pós-colonial, tem a missão de transmitir o conhecimento de que é uma história complexa e marcada por intervenções ocidentais, estas que causaram problemas em áreas como a geografia do continente e na organização sociopolítica dos territórios, e também desmitificar a ideia de que são locais desolados, sem perspectiva de futuro e vítimas fatais da ação imperialista: as nações africanas, formadas no processo de descolonização, a partir de meados do século XX, possuem culturas e tradições próprias, tentam se erguer e serem responsáveis pelas próprias agências num cenário geopolítico que tende a lançar um olhar de superioridade sobre elas.

E menciono estes recortes por serem justamente os dois que se unem e fazem com que a narrativa de *Black is King* seja amarrada: a construção do futuro a partir de um resgate do passado. Mas o aluno pode questionar: “e que passado é esse, se o que geralmente aprendemos gira em torno das relações de poder assimétrico, das violências coloniais, como racismo, tortura e escravidão, da dominação do indivíduo branco europeu sobre o indivíduo negro africano?”. Questionamentos até considerados normais, devido a uma exposição estereotipada, já mencionada acima, sobre o continente africano, no entanto, uma das propostas de *Black is King* é repensar e ressignificar alguns desses estereótipos.

Além disso, o fato de poder ser interpretado como um filme, apesar de ser considerado um álbum visual, o que será explicado mais à frente neste capítulo, abre precedentes para a discussão sobre a materialidade e os significados das fontes audiovisuais no tempo presente. Levando em conta que o ano escolar no qual a atividade é designada é constituído por adolescentes de 13 e 14 anos, espera-se uma maior familiaridade e facilidade com tecnologias e ferramentas audiovisuais, logo, tornando a atividade mais dinâmica e imersiva.

Por ser um filme lançado numa temporalidade ainda muito recente (quase 5 anos a partir da data em que este texto fora escrito), e pelos temas que permeiam, tanto a narrativa do filme quanto o contexto sociopolítico de seu lançamento, ainda geram debates e efeitos nas sociedades ocidentais, sobretudo as que estão e que estiveram sob governos de extrema-direita nos últimos anos, a compreensão de

História do Tempo Presente enxerga tal fenômeno como uma possibilidade de compreensão da realidade estudada. Segundo Roger Chartier, apesar do distanciamento temporal entre o pesquisador e a fonte ser o usual no ofício do historiador, “a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada” (1993 *apud* Ferreira, 2000, p. 10). Além disso, segundo a historiadora Marieta de Moraes Ferreira, a percepção de elementos do passado nos estudos do presente abre portas para novas pesquisas de profissionais de outras áreas da História, logo, do Ensino de História.

3.1 Conhecendo *Black is King*

Black is King, lançado em 31 de julho de 2020, na plataforma de streaming Disney+, onde está disponível até o presente momento, e dirigido por um time de artistas africanos e afro-americanos, como a própria Beyoncé, o ganhador holandês Emmanuel Adjei, Blitz Bazawule (que assumiu a direção da versão musical de *A Cor Púrpura*, lançado no fim de 2023), dentre outros. O filme é a extensão visual do álbum musical *The Lion King: The Gift*, lançado em 19 de julho de 2019, para acompanhar o filme *O Rei Leão* (2019, EUA, Dir. John Favreau). Apesar de ser classificado como um filme musical de fantasia, drama e até de aventura, de acordo o portal estadunidense IMDb, *Black is King* é considerado um álbum visual, tipo de produto musical no qual todas as canções de um álbum possuem videoclipes, amarrados por uma narrativa ou funcionando independentemente, no entanto, também pode ser considerado como um filme musical, devido ao fato de haver uma história contada através de cenas de atuação e diálogos, além dos videoclipes.

A existência de um álbum visual é possibilitada graças às mudanças tecnológicas e sociais que impactaram diretamente a indústria fonográfica e a percepção, tanto dos artistas quanto dos ouvintes, sobre a música, sua reprodutibilidade e acessibilidade num tempo em que o acesso à tecnologia é facilitado graças ao avanço dos meios de comunicação, incentivado, sobretudo, pela globalização, a partir da década de 1990. Diferente dos filmes, todavia, um álbum visual, considerado um híbrido entre o videoclipe e o filme, tem a característica de poder ser desmembrado em algumas de suas partes, segundo Leonam Dalla Vecchia, para desempenhar a função de ferramenta de divulgação e promoção do

trabalho (2020, p. 131), ou seja, um segmento musical pode ser utilizado como videoclipe comercial.

Figura 4: Pôster cinematográfico do filme *Black is King*.



Fonte: Walt Disney Pictures, Parkwood Entertainment, 2020.

Black is King é uma adaptação da história de *O Rei Leão*, animação da Walt Disney Pictures, lançada em 1994, trazida para uma perspectiva humana e afrofuturista, marcada pela ancestralidade e pelo contato com divindades africanas nos diálogos e atuações, e também pelo fato das sequências musicais darem continuidade na narrativa e valorizarem a dança e as expressões corporais, que, de acordo com Paul Gilroy, deveriam “contribuir diretamente para o entendimento das tradições de performance que continuam a caracterizar a produção e a recepção da música da diáspora” (2012, p. 161).

Na medida que os anos avançaram, essas expressões culturais das diferentes sociedades do continente africano, que chegaram às Américas através do tráfico de pessoas escravizadas, se fundiram com ritmos locais e de outras partes do mundo, devido aos fluxos migratórios e a globalização, e desenvolveu uma

“complexidade sincrética sobre as culturas negras”, que, segundo Paul Gilroy, “por si só fornece poderosas razões para resistir à ideia de que uma africanidade intocada, imaculada, reside no interior dessas formas” (p. 208), no entanto, é difícil, no mundo globalizado, definir se existe esta ideia de africanidade intocada porque ela varia com o olhar que damos, e mais importante do que sua existência objetiva, é a busca ou debate em torno dela. Ou seja, por mais que haja disputas acerca de uma ancestralidade presente na incorporação dos elementos das sociedades africanas plurais na produção de uma mídia audiovisual feita nas outras margens que constituem o Atlântico negro (Europa e Américas), há também uma disputa sobre como categorizá-las.

Sobre a ancestralidade, Adeir Ferreira Alves e Renísia Cristina Garcia-Filice salientam que “conecta passado- presente, todavia, é multiforme. Ela se manifesta como princípio diretamente relacionada à identidade do grupo, que por sua vez expressa-se genuína e epistemicamente pelo ser, pelo fazer, pelo saber, pelo tempo, pela história, pela memória, pelos ritos, por suas práticas, múltiplas, diversas e historicamente pautadas.” (2021, p. 9-10).

Figura 5: À esquerda, a cantora Beyoncé durante o segmento da canção *Brown Skin Girl*, contido em *Black is King*, com penteado inspirado no povo Mangbetu, da atual República Democrática do Congo, no qual, originalmente, simboliza realeza e status; à direita, uma mulher da etnia Mangbetu, com penteado similar.⁵



Fonte: Essence Magazine, 2020.

⁵ EVANS, Shalwah. **Beyoncé's Lead Hairstylist Explains The Inspiration Behind The Hair In 'Black Is King'**. Essence Magazine. 6 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.essence.com/feature/black-is-king-hairstyles-explained/>. Acesso em 2 de junho de 2025.

Deve-se levar em consideração como salienta Sandra Roza, que o lançamento de *Black is King* se dá em um momento delicado da História afro-americana, com o assassinato altamente repercutido de George Floyd e a explosão do movimento *Black Lives Matter* (“Vidas Negras Importam”), fatos que fizeram as discussões sobre a atuação do sujeito negro numa sociedade racializada se inflamarem e gerarem protestos ao redor do mundo, que reverberaram pelo mundo todo, inclusive no Brasil. Na ocasião, Beyoncé lançou uma nova versão (deluxe) de *The Gift*, que, por essa vez, incluía a faixa *Black Parade*, lançada poucos meses antes e que denunciava a racialização da sociedade estadunidense e a violência contra a população negra, ao mesmo tempo que fazia referências à natureza e a um resgate de uma africanidade ancestral, que lida, negocia e tensiona os significados do pertencimento e das lutas que permeiam o Atlântico negro.

As intenções de *Black is King*, segundo Vinicius Oliveira e Maria Simone Euclides, no texto “Passado-presente-passado em vias para construção de futuro: o que podemos apre(e)nder com *Black is King*?”, “são de trazer à tona a originalidade, autenticidade e a criatividade localizadas em África e em suas próprias essências, e não a partir de interpretações e junções externas às culturas africanas” (2021, p. 41). Contudo, por mais que sejam obras feitas em colaboração com artistas oriundos de países inseridos na lógica do Atlântico negro, nas esferas de produção, atuação e canto, ainda são obras assinadas por Beyoncé, e ganharam o devido destaque por levarem seu nome, implicando em uma assimetria poder no contexto de publicização das obras.

E mesmos sendo uma mulher negra e natural de um país fortemente racializado, como é o caso dos Estados Unidos, numa perspectiva de indústria musical *mainstream* ocidental, Beyoncé ocupa uma posição de destaque indiscutivelmente maior do que todos os outros artistas participantes, mesmo com nomes famosos da música ocidental, como Pharrell Williams, Kendrick Lamar e Childish Gambino.

Black is King pode se tornar uma alternativa viável para discutir, em sala de aula, os efeitos dos protestos do *Black Lives Matter*, tanto no cenário internacional quanto aqui mesmo no Brasil, já que os protestos e debates ressoaram aqui também, além de pensar o lugar do indivíduo negro num cenário de assimetrias e de racialização das sociedades, promovendo o pensamento de soluções entre os alunos para amenizar as consequências do racismo estrutural e medidas de

valorização de aspectos culturais e religiosos dos povos africanos, afro-brasileiros e afro-diaspóricos.

Como fora mencionado previamente neste capítulo, um outro ponto que tornaria interessante a discutir a partir de *Black is King* é a disponibilidade da fonte por estar numa plataforma de *streaming*. Por mais que a proposta do TCC não tenha como um dos objetivos abordar este tópico, tampouco a atividade do produto pedagógico vise isso também, considero que seja um interessante ponto de discussão sobre o lugar da tecnologia no acesso a mídias audiovisuais, e na facilitação de atividades escolares que utilizariam destes aparatos, no entanto, seria necessário conhecer tanto as possibilidades oferecidas pelas escolas quanto a realidade socioeconômica dos alunos, pois o acesso à internet, segundo dados de uma pesquisa divulgada pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) em 2024, indicou que, nas mais de 30 mil escolas municipais e estaduais do Brasil analisadas pela instituição na construção do dado, menos de 30% possuem equipamentos e velocidade de navegação adequados para um bom acesso à internet.⁶ No próximo tópico deste TCC, será mostrada a sequência didática

⁶ MONITCHELE, Marília. **Pesquisa mostra que acesso à internet é ruim e desigual nas escolas.** Veja. 23 de maio de 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/pesquisa-mostra-que-acesso-a-internet-e-ruim-e-desigual-nas-escolas/>. Acesso em 2 de junho de 2025.

4 PRODUTO PEDAGÓGICO

Produto pedagógico escolhido: TT1 - Material didático/instrucional: que são propostas de ensino, envolvendo sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; material textual, como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários; mídias educacionais, como vídeos, simulações, animações, vídeo-aulas, experimentos virtuais e áudios; objetos de aprendizagem; ambientes de aprendizagem; páginas de internet e blogs; jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins; entre outros;

Tema da sequência didática: A África Contemporânea ontem e hoje: Neocolonialismo, processos de descolonização e a realidade pós-colonial.

Conteúdos abordados: Imperialismo e neocolonialismo no fim do século XIX (aula 1) Os processos de descolonização africana no século XX (aulas 2 e 3); O continente africano no cenário pós-colonial (4); A fonte audiovisual como forma de visualização de uma África sob a ótica afrofuturista (aulas 5 e 6).

Público-alvo: Uma turma do 8º ano do Ensino Fundamental.

Duração: 6 (seis) aulas de 50 minutos.

Objetivo: Desde a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História da África nas escolas brasileiras, observa-se um crescente empenho dos profissionais da História e de instituições de ensino em manter, ativa e cada vez mais funcional, uma agenda que valorize a cultura, a diversidade e a importância histórica do continente africano enquanto um local que contribuiu grandemente no processo de construção identitária do Brasil, apesar de ainda haver um longo caminho para ser trilhado e percalços, como protestos de setores mais conservadores, com motivações racistas, ainda serem amplamente visíveis ao longo do percurso. Levando isso em consideração, considero necessária a atividade, pois, a meu ver, proporcionará, aos alunos, a compreensão do passado e suas consequências, a visualização de diferentes narrativas, histórias e possibilidades relacionadas aos estudos sobre o continente africano, que, por muitos anos, foram condicionados a uma dimensão que contemplava apenas as violências coloniais

sofridas pelas pessoas africanas trazidas às Américas para o trabalho forçado, como escravidão, Imperialismo e assimetrias de poder, relegando aspectos culturais, sociais, políticos e sociais às notas de rodapé, ou à exclusão por escolha institucional, acadêmica ou pessoal, por parte de alguns profissionais de História. Além de influenciar o pensamento crítico, formulação de opiniões próprias e o fomentar o surgimento de uma consciência de respeito e defesa das liberdades, sobretudo, de expressão e religiosa, das pessoas africanas, afro-brasileiras e afro-diaspóricas, também permitirá que os alunos enxergassem o uso de uma fonte audiovisual como apoio pedagógico, criada e protagonizada por estes indivíduos.

Aulas a serem desenvolvidas na sequência didática

Aula 1

Conteúdo: Imperialismo e neocolonialismo no fim do século XIX.

Conceitos fundamentais do conteúdo: Imperialismo; dominação; submissão; geopolítica; exploração; capitalismo.

Objetivos da aula: Como introdução dessa sequência, a primeira aula objetiva a compreensão da situação do continente africano no século XIX, no momento em que a exploração imperialista e neocolonial começou a ser empreendida por países europeus e pelos Estados Unidos. Além de analisar as políticas aplicadas por esses países, serão também analisadas as mudanças geopolíticas no mapa da África e a resistência dos diferentes grupos perante a dominação branca.

Metodologia e estratégias utilizadas para o desenvolvimento: A aula consistirá numa exposição referente aos antecedentes do processo de dominação europeia e estadunidense sobre o continente africano, ressaltando as ações imperialistas nas mudanças sociais, culturais e geográficas na África do século XIX, destacando as conferências de Berlim e Bruxelas, ocorridas em 1884 e 1889, respectivamente, como eventos que deram legalidade às ações dos países imperialistas à revelia dos governos e sociedades do continente africano. Além disso, reiterar aos alunos a importância das agências das pessoas africanas perante as ações neocoloniais, pautando que não houve resistência passiva nos processos. A exposição será feita com o auxílio de slides, que trarão um mapa que evidencia essa divisão do continente (**Mapa 1**), além de imagens, documentos, como as atas das conferências previamente mencionadas, que reforçarão a importância de recursos visuais como

amparo pedagógico às aulas de História.

Avaliação: Para esta aula, não será feita avaliação, apenas a exposição do conteúdo.

Referências utilizadas para preparar a atividade:

AJAYI, J. F. Ade. África às vésperas da conquista europeia. **Coleção História Geral da África - Volume 6: África do século XIX à década de 1880**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo - Último Estágio do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

Ata geral da Conferência de Bruxelas de 1890. Sobre a repressão ao tráfico de africanos. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/anthist/brux1890.html>.

Ata da Conferência de Berlim (1884/1885). Disponível em:

https://mamapress.files.wordpress.com/2013/12/conf_berlim.pdf.

Aulas 2 e 3

Conteúdo: Os processos de descolonização africana no século XX.

Conceitos fundamentais do conteúdo: Emancipação; resistência; reorganização política; militância; reconfiguração geopolítica; Panafricanismo.

Objetivos das aulas: Numa aula que focará nos processos de descolonização do continente africano, os alunos, que estarão cientes de que não foi um processo apenas na África, mas também na Ásia, poderão visualizar as maneiras que as ex-colônias se organizaram para resistir e lutar contra um sistema opressor, que já tinha causado diversos males a nível sociopolítico no continente, até que se formassem as atuais 54 nações do continente africano. Além disso, o tema do panafricanismo, assim como as convenções pan-africanas, seus principais articuladores, objetivos e dificuldades também serão pautados.

Metodologia e estratégias utilizadas para o desenvolvimento: Assim como na aula anterior, o uso de slides também servirá como amparo, a fim de que materiais como revistas (ex: *Présence* e *Mensagem*, concebidas na década de 1950, por

universitários africanos que estudavam na França e em Portugal, respectivamente), documentos oficiais (ex: atas da Conferência de Bandung, ocorrido na Indonésia, em 1955, e do Congresso Pan-Africano de Dar es Salaam, na Tanzânia, de 1974) sejam analisados em sala. Um mapa político do continente africano atual será projetado, e comparado com um outro, que evidencia a divisão étnica no continente, antes do início da empreitada colonial (**Mapas 2 e 3**), para que a turma possa compreender as mudanças geopolíticas após a ação do homem branco sobre o continente.

Avaliação: Depois da primeira parte da aula, que será a segunda (terceira, no geral) deste conteúdo, a turma será dividida em três grupos, que representarão comitês de países africanos fictícios (previamente escolhidos, a fim de não causar tumulto), em processo de estabelecimento após a descolonização do continente, e a partir desta divisão, elaborarão uma nova constituição (com 5 leis, no máximo). A atividade será constantemente supervisionada pelo professor, que poderá dar ideias e sugestões (ex: saúde e educação universais, transportes públicos gratuitos, semana do sorvete grátis etc.), a fim de que não haja desrespeito aos direitos humanos tampouco reprodução de discursos preconceituosos durante sua execução. Ao final, um representante de cada grupo, sorteado pelo docente, lerá sua respectiva constituição diante da turma.

Referências utilizadas para preparar a atividade:

ADI, Hakim. **Pan-africanismo: uma história**. Salvador: EDUFBA, 2022.

LINHARES, Maria Yedda. **A luta contra a metrópole (Ásia e África)**. Tatuapé: Editora Brasiliense, 1981.

SANTANA, Allan. **Pan-africanismo e descolonização das nações africanas: possibilidades de inserção no ensino de história**. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

Aula 4

Conteúdo: O continente africano no cenário pós-colonial.

Conceitos fundamentais do conteúdo: Globalização; impactos; consequências; desconstrução.

Objetivos da aula: Nesta etapa, a aula será focada no estudo do continente africano no cenário pós-colonial, analisando as consequências sociais e políticas do

prolongamento da colonização. Serão levados em consideração aspectos como a posição do continente no mundo globalizado e multipolar, a forte incidência de governos militares e conservadores, as dificuldades de desenvolvimento e a dependência econômica da maioria dos territórios. No entanto, será um esforço do professor dissuadir a percepção de que a África atualmente é um lugar inferior, hostil e sem perspectiva de prosperidade, pelo contrário: ainda é um local de onde a produção cultural e intelectual ainda gera muitos frutos para a humanidade.

Metodologia e estratégias utilizadas para o desenvolvimento: Antes de iniciar a explicação, será feita uma pergunta: “O que vem às suas mentes quando pensam sobre o continente africano?”. Algumas das respostas serão anotadas numa parte do quadro, e serão deixadas ali até o final da aula. No momento em que a explicação prosseguir, eles poderão até pensar que algumas das respostas fazem sentido, já que o pensamento ocidental, muito influenciado pela concepção hegeliana de uma África sub-humana, tende a pensar que o continente é composto, praticamente, por pobreza, instabilidade política e falta de perspectiva de futuro, no entanto, quando o final da aula estiver se aproximando, e for mostrado que os problemas não são os únicos fatores que definem a África pós-colonial, os alunos serão conduzidos de volta às palavras do quadro.

Avaliação: Pegando o gancho do tópico anterior, os alunos deverão refletir e pensar em outras palavras que possam definir o continente africano, agora que, presumidamente, o conteúdo foi capaz de abrir suas mentes e os fez enxergar os problemas relacionados à uma visão unidimensional e racializada da África. O espaço será aproveitado para a realização de um rápido debate, no qual serão pautadas propostas para o fim da disseminação da visão, anteriormente referida, e incentivos para novos olhares sobre a cultura, a herança e as pessoas africanas e afro-diaspóricas. Novamente, é uma atividade sem nota.

Referências utilizadas para preparar a atividade:

BARBOSA, Muryatan. **A razão africana: breve história do pensamento africano contemporâneo**. São Paulo: Todavia, 2020.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite. Ensaio sobre a África descolonizada**. Luanda: Mulemba; Pedago, 2014.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do**

conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Aulas 5 e 6

Conteúdo: A fonte audiovisual como forma de visualização de uma África sob a ótica afrofuturista

Conceitos fundamentais do conteúdo: Fonte audiovisual; Afrofuturismo; alternativa; construção; poder; subversão; possibilidades.

Objetivos da aula: Nestas duas últimas aulas da sequência didática, o filme musical *Black is King*, lançado em 2020, que é uma releitura do filme *O Rei Leão* (2019), e foi dirigido pela cantora estadunidense Beyoncé. O filme será exibido com dois propósitos: o primeiro, utilizar uma fonte audiovisual como recurso pedagógico e alternativa aos documentos escritos, corriqueiros na atuação do historiador; o segundo, permitir a visualização de uma obra cujo a teoria afrofuturista, que imagina um futuro da África, dos africanos, das pessoas afro-diaspóricas, podendo incluir até as afro-brasileiras, versado na ficção científica e na ressignificação do passado colonial, em harmonia com as divindades e com a natureza.

Metodologia e estratégias utilizadas para o desenvolvimento: A estratégia das duas aulas consistirá na exibição do filme. O professor direcionará o olhar dos alunos para elementos e cenas específicos, por exemplo, uma bandeira dos Estados Unidos com as cores do movimento pan-africano, durante um dos diálogos (**Figura 6**), ou no segmento da canção *Mood 4 Eva*, que mostra a cantora Beyoncé, seu marido, o rapper Jay-Z, e seus três filhos, todos indivíduos afro-americanos, em uma mansão luxuosa, servidos por mordomos e empregados brancos. Por ter 85 minutos, ainda sobrarão 15 minutos para a realização da avaliação.

Avaliação: Ao fim da exibição, a partir das cenas previamente mencionadas pelo professor, um rápido debate a respeito das impressões dos alunos a respeito do filme será conduzido para fechar a sequência didática.

Referências utilizadas para preparar a atividade:

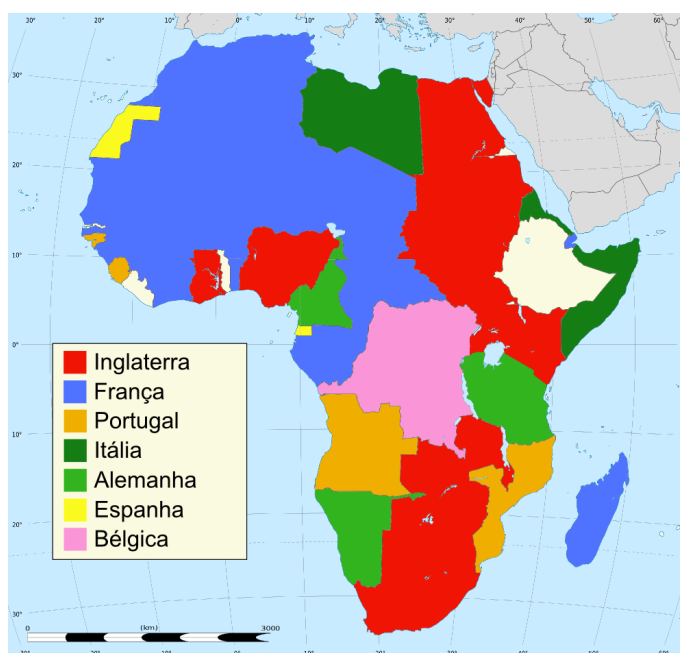
BLACK IS KING. Direção: Beyoncé *et al.* Produção de Parkwood Entertainment e Walt Disney Pictures. Estados Unidos: Disney, 2020. Disney +. Online.

EUCLIDES, Maria Simone; OLIVEIRA, Vinicius. Passado-presente-passado em vias de construção de futuro: O que podemos apre(e)nder em Black is King? **Sankofa – Revista de História de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. Ano XVI, n. XVII, janeiro de 2023.

FERREIRA, Ana Paula Mendes. **Em Cinema em África: cinemas africanos e audiovisuais como ferramentas educativas para o ensino de História da África**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2022.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a História depois do papel. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 235-289.

Mapa 1: Mapa que representa a divisão do continente africano feita na Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885



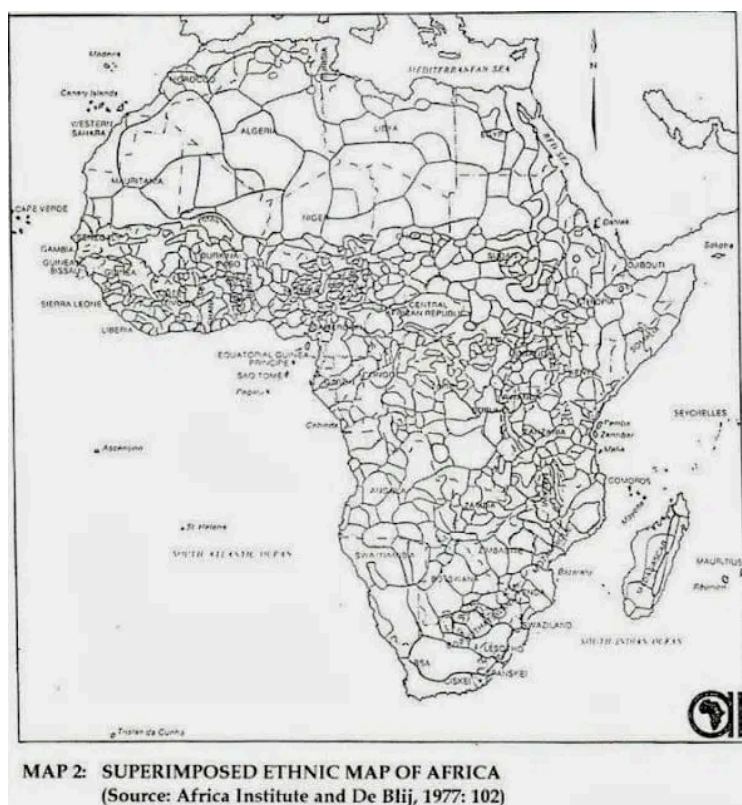
Fonte: Pibid História/UFG, ano desconhecido.

Mapa 2: Mapa político atual do continente africano



Fonte: Toda Matéria, ano desconhecido.

Mapa 3: Mapa étnico do continente africano



Fonte: Geledés, 2013.

Figura 6: Bandeira dos Estados Unidos com as cores do movimento pan-africano, mostrada em uma das cenas de *Black is King*.



Fonte: Walt Disney Pictures, Parkwood Entertainment, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever este TCC foi um verdadeiro desafio para mim, a nível pessoal. Fazer duas pós-graduações ao mesmo tempo, enquanto atravessava por diversos problemas pessoais, foi algo insano e que exigiu muito da minha saúde física e, principalmente, minha saúde emocional. Creio que se não tivesse acontecido a greve do Colégio Pedro II, talvez eu não tivesse levado tanto tempo, quase dois anos desde o início do curso, pois ainda estaria na metade do primeiro ano do mestrado em História Comparada, e não teria tanta coisa acumulada, no entanto, tudo acontece por uma razão. Talvez eu não tenha descoberto a tal razão até o momento em que fecho este tópico de considerações finais, mas uma hora aparecerá.

No entanto, nem tudo é reclamação: o tempo a mais que levei até chegar nesta etapa final da Especialização em Ensino de História me concedeu mais tempo, logo, mais intimidade com *Black is King*, que é a fonte que também estudo no mestrado, perceber mais detalhes que, certamente, antes passariam despercebidos e poder esticar a minha pesquisa, que na investigação de relações de poder no mundo atlântico em mídias audiovisuais, e que desenvolvo desde a graduação, para o lado da educação. Como disse no parágrafo anterior, para tudo existe uma razão, e para este quesito, eu consigo enxergá-la.

O primeiro capítulo procurou, a partir de dois momentos diferentes na nossa história, explicar o lugar do indivíduo negro e da história africana, afro-brasileira e afro-diaspórica nos livros didáticos do Brasil. Utilizei essas nomenclaturas ao longo de todo trabalho pois não é só a história de um desses que nos atinge a nível sociocultural, logo, é importante entender os ciclos, conexões e intercâmbios que fazem o mundo atlântico um local que, ao mesmo tempo que permite esse trânsito de pessoas e informações, um lembrete doloroso de um passado de exploração, dominação e degradação de pessoas sob a justificativa de superioridade racial. Graças à Lei nº 10.639/2003, que foi muito repetida neste texto, observa-se um número maior de palestras, trabalhos e iniciativas de inclusão destes temas, algumas descritas no último tópico do capítulo, a fim de criar uma nova geração que pensa, que critica e que combate, desde cedo, as mazelas dessas violências coloniais, entranhadas na nossa sociedade, e persistentes por causa das ações de políticos e grupos conversadores.

Já o segundo capítulo se aprofundou na questão da fonte audiovisual como alternativa viável ao ensino dessas histórias, por ser algo que é “acessível” (entre aspas, pois depende de condições estruturais e socioeconômicas, das escolas e dos alunos, respectivamente) e dialoga com a rotina do adolescente fora do ambiente escolar. A escolha de um filme *Black is King* permite com que seja trabalhado uma mídia contemporânea, produzida ainda nesta década, por uma das artistas de maior expressão no mercado fonográfico mundial, e que os estudantes sejam capazes de, além de examinar a obra a partir da visualização e da compreensão do contexto e da narrativa, possam também criticar, repensar, a partir do que aprenderam dentro e fora de sala, o que foi visto, pois uma obra audiovisual é algo que deve ser passível às mais diversas reações, dentro dos limites, com propriedade e com respeito, e é necessário estimular nos jovens essa consciência desde cedo.

Por fim, a sequência didática fora desenvolvida para colocar em prática todo o conteúdo percorrido neste TCC, desde a introdução até o fim do último capítulo. Por eu não estar trabalhando na área de educação no momento, infelizmente não tenho como colocá-la em prática tão cedo, e creio que seja difícil, principalmente na rede particular, onde a liberdade para “ousar” e o tempo disponível são escassos. Entretanto, chegar a este final, diante do trabalho todo pronto, me incentivou a não desistir e persistir na educação como carreira, pois o resultado, por mais que o processo seja quase sempre cansativo, sempre compensa, e encerro este TCC com a sensação de dever cumprido e esperança em um futuro melhor para o Brasil pautado na educação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Adeir; GARCIA-FILICE, Renísia Cristina. Ancestralidade africana na afrodiáspora: conhecimento, existência e vida. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. V. 07, no 01, jan.-abr., 2021, artigo no 2153.
- BLACK IS KING**. Direção: Beyoncé *et al.* Produção de Parkwood Entertainment e Walt Disney Pictures. Estados Unidos: Disney, 2020. Disney +. Online.
- CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa saber um professor de História? *In*: **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez. 2015.
- EUCLIDES, Maria Simone; OLIVEIRA, Vinicius. Passado-presente-passado em vias de construção de futuro: O que podemos apre(e)nder em Black is King? **Sankofa – Revista de História de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. Ano XVI, n. XVII, janeiro de 2023.
- FEITOSA, Cícero Eduardo Teixeira *et al.* **Uso do audiovisual no ensino de história: desafios e práticas**. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.
- FERREIRA, Ricardo Alexandre. O ensino de História da África no Brasil: desafios e avanços na formação de professores. **Revista CAMINE: Caminhos da Educação**, Franca, v. 14, n. 1, p. 56–64, 2022.
- JANOTTI JÚNIOR, Jeder; SOARES, Thiago. O videoclipe como extensão da canção: apontamentos para análise. **Revista Galáxia**, n. 15, p. 91-108, jun. 2008.
- LITZ, Valesca Giordano. **O uso da imagem no ensino de História**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2009. Projeto PDE.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, no 45, p. 11- 36 - 2003.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 93 -115.

MUNANGA, Kabengele. *Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?*. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 235-289.

NAPOLITANO, Marcos. **História e Música**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2002.

PINA, Maria Cristina Dantas. A escravidão no livro didático de história: Rocha Pombo e o ensino de história na primeira república. In: **XXIII Simpósio Nacional História: Guerra e Paz, 2005, Londrina**. XXIII Simpósio Nacional História: Guerra e Paz. programas e resumos. Londrina: Gráfica Editorial Mídia, 2005.

POMBO, Rocha. **História do Brasil**. 7.3. ed. rev. e atual. por Hélio Vianna. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956.

REGINALDO, Luciene; FERREIRA, Roquinaldo. Introdução; SANTOS, Ynaê Lopes dos. Uma História Única sobre o Continente Africano: o Tráfico Transatlântico nos Livros Didáticos. In: REGINALDO, Luciene; FERREIRA, Roquinaldo (org.). **África, Margens e Oceanos: perspectivas de História Social**. Campinas: São Paulo: Editora da Unicamp, 2021. p. 15-20; 539-552.

ROZA, Sandra Rita de Cássia. **Beyoncé sob uma lente interseccional: uma análise da representação de mulheres negras em *Lemonade*, *Homecoming*, *Black is King***. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto: Mariana, 2021.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. Uma História Única sobre o Continente Africano: o Tráfico Transatlântico nos Livros Didáticos. In: REGINALDO, Luciene;

ROQUINALDO. **África, Margens e Oceanos: perspectivas de História Social**. Campinas: São Paulo: Editora da Unicamp, 2021. p. 539-552.

SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. *In*: NÓVOA, António (org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SOUZA, José Clécio Silva e. História da África e cultura afro-brasileira: desafios e possibilidades no contexto escolar. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 22, 06 nov. 2018.

SOUZA, Marina de Mello e. *Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África*. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 17–28, 2012.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica. 5 ed. Trad. Marina Appenzeller**. Campinas: Papyrus, 2008:1994.